

IV FÓRUM GOVERNAMENTAL DE GESTÃO AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PANORAMA DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

01 de dezembro de 2009

Ações do Poder Judiciário para a proteção do Meio Ambiente

- **Julgamento das causas ambientais.**
- **Monitoramento das ações das instituições do Poder Judiciário.**

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

Missão: Realizar Justiça

Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e de Promoção da Paz Social

Atributos de Valor para a Sociedade

- Credibilidade**
- Acessibilidade
 - Celeridade
 - Ética
 - Imparcialidade
 - Modernidade
 - Probidade
 - **Responsabilidade Social e Ambiental**
 - Transparência

Sociedade

Processos Internos

Recursos

Eficiência Operacional

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

- Tecnologia
- Alocação de Pessoas
- Otimização de Rotinas

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

- Economicidade
- **Responsabilidade Ambiental**

Acesso ao Sistema de Justiça

Facilitar o acesso à Justiça

- Capilaridade
- Formas Alternativas de acesso

Promover a efetividade no cumprimento das decisões

- Execução das decisões

Responsabilidade Social

Promover a cidadania

- Inclusão Social e Desenvolvimento
- Conscientização de direitos, deveres e valores

Alinhamento e Integração

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

- Desdobramento da Estratégia
- Continuidade administrativa

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais (nacional e internacional)

- Conhecimentos e práticas jurídicas e administrativas

Atuação Institucional

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições

- Prevenção de litígios judiciais
- Parcerias/Convênios
- Execução Voluntária das Decisões

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

- Unidades do Judiciário
- Universidades
- Organizações

Aprimorar a comunicação com públicos externos

- Papéis e iniciativas do Judiciário
- Dados processuais e administrativos
- Transparência / Linguagem clara

Gestão de Pessoas

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores

- Gestão e Execução da Estratégia
- Gestão Administrativa
- Gestão de Projetos

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia

- Comunicação Interna
- Cultura orientada a Resultados
- Qualidade de Vida/Clima Organizacional

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

- Segurança física da Informação
- Segurança das pessoas

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

- Suporte à Estratégia
- Segurança da Informação

Orçamento

Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia

- Gestão Orçamentária

Varas Ambientais e outras instituições auxiliares da Justiça

Justiça Federal

- A primeira Vara Federal do Meio Ambiente do País - junho de 2000 em Corumbá, criada pelo TRF da 3ª Região.
- Criadas nas cidades de Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis pelo TRF da 4ª Região em 2005.

Justiça Estadual

- Primeiras varas criadas - Cuiabá (MT), Manaus (AM).
- Atualmente diversos Tribunais de Justiça já constituíram varas ambientais, como o PA, DF, BA etc.

Ministérios Públicos Estaduais e Federais - promotorias especializadas em meio ambiente.

Polícia Federal - delegacias de proteção ambiental em todos os estados.

Novas varas

- Movimento "Amazônia para Sempre" - manifesto assinado por 1.117.993 pessoas para a criação imediata de varas federais na Região Norte do Brasil – Encaminhado ao CJF em 30/11/2009.
- Proposta do Presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região - corte de justiça que exerce jurisdição sobre a Amazônia Legal -, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian apresentada ao Ministro Presidente do CNJ e do STF.

CARTA DE DIREITO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA

Macapá, - AP 13 de novembro de 2009

Deliberações afetas ao Judiciário

- 2. Realização de cursos e/ou seminários de capacitação sobre a problemática agro-ambiental para **magistrados**, membros do Ministério Público, membros da Defensoria Pública, advogados e demais protagonistas do Direito;
- 13. Propor a imediata criação e implantação de uma justiça, nos três níveis de decisão (Juízes, Tribunais Regionais e Tribunal Superior), com competência agro-ambiental.

Tabela Única de Assuntos do Judiciário Brasileiro Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético

- Agrotóxicos
- Atividades Nucleares
- Caça em desacordo com a Legislação
- Clonagem Humana
- Crime contra a administração ambiental
- Crimes contra a Fauna
- Crimes contra a Flora
- Da Poluição
- Liberação ou Descarte de OGM (Organismo Geneticamente Modificado)
- Pesca em desacordo com a Legislação
- Prática de engenharia genética em célula germinal, zigoto ou embrião humanos
- Utilização de Embrião Humano em desacordo com a Legislação

Meta 2

- julgamento dos processos que ingressaram na Justiça até dezembro de 2005.
- já foram julgados 2.013.309 processos.

Ações Judiciais Ambientais

- Ações civis públicas;
- Autuações administrativas e sanções impostas pelo IBAMA e pela Capitania dos Portos;
- Questões relacionadas aos tombamentos feitos pelo IPHAN;
- Direitos indígenas;
- Terrenos de marinha e o pagamento da taxa de ocupação;
- Mandados de segurança sobre operações de importação e exportação em que esteja presente a questão ambiental (como o ingresso de pneus remoldados no país);
- Taxas ambientais;
- Execuções fiscais;
- Embargos à execução de decisões administrativas;
- Crimes Ambientais.

MONITORAMENTO DAS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO PODER JUDICIÁRIO

CNJ Ambiental

- Cabe ao CNJ a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional, da proteção ambiental, do desenvolvimento sustentável e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional, por parte dos administradores da Justiça.
- A Constituição Federal, em seu artigo 225, trata exclusivamente da questão ambiental, mencionando que todos têm direitos e deveres com relação ao meio ambiente.
- O Conselho Nacional de Justiça edita a Recomendação nº.11, assumindo papel estratégico com a problemática da responsabilidade socioambiental no Poder Judiciário

RECOMENDAÇÃO Nº11 DE 22 DE MAIO DE 2007

RECOMENDAR aos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal de 1988 que adotem políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, bem como instituem comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, tais como, por exemplo:

- a) utilização de papel reciclado e não clorado nos impressos do Poder Judiciário, sejam de natureza administrativa ou processual;
- b) instituição da coleta seletiva de resíduos, destinando recipientes individuais para plástico, papel, metal e vidro, e a ulterior doação do material coletado a entidades assistenciais que se responsabilizem pela correta utilização do material para a devida reciclagem;
- c) aquisição de impressoras que imprimam, automaticamente, em frente e verso;
- d) aquisição de bens e materiais de consumo que levem em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável;
- e) utilização sustentável da energia e dos combustíveis; e
- f) utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente.

OBJETIVOS DO MONITORAMENTO

- Desenvolver ações de disseminação de condutas socioambientais entre os tribunais e que levem em consideração o tripé da sustentabilidade;
- Fortalecer e harmonizar tais ações;
- Motivar e comprometer servidores e magistrados sobre a necessidade efetiva de preservar o meio ambiente;
- Realizar estudo comparado das ações socioambientais para integrá-las e padronizá-las;
- Fomentar a troca de experiências entre os tribunais;
- Realizar estudos que subsidiem a formulação de diretrizes de políticas sustentáveis.

SUSTENTABILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

Gestão Ambiental - Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Desenvolvida por meio de consultas, pesquisas, levantamentos de dados, mapeamento e monitoramento das ações socioambientais nos Tribunais.

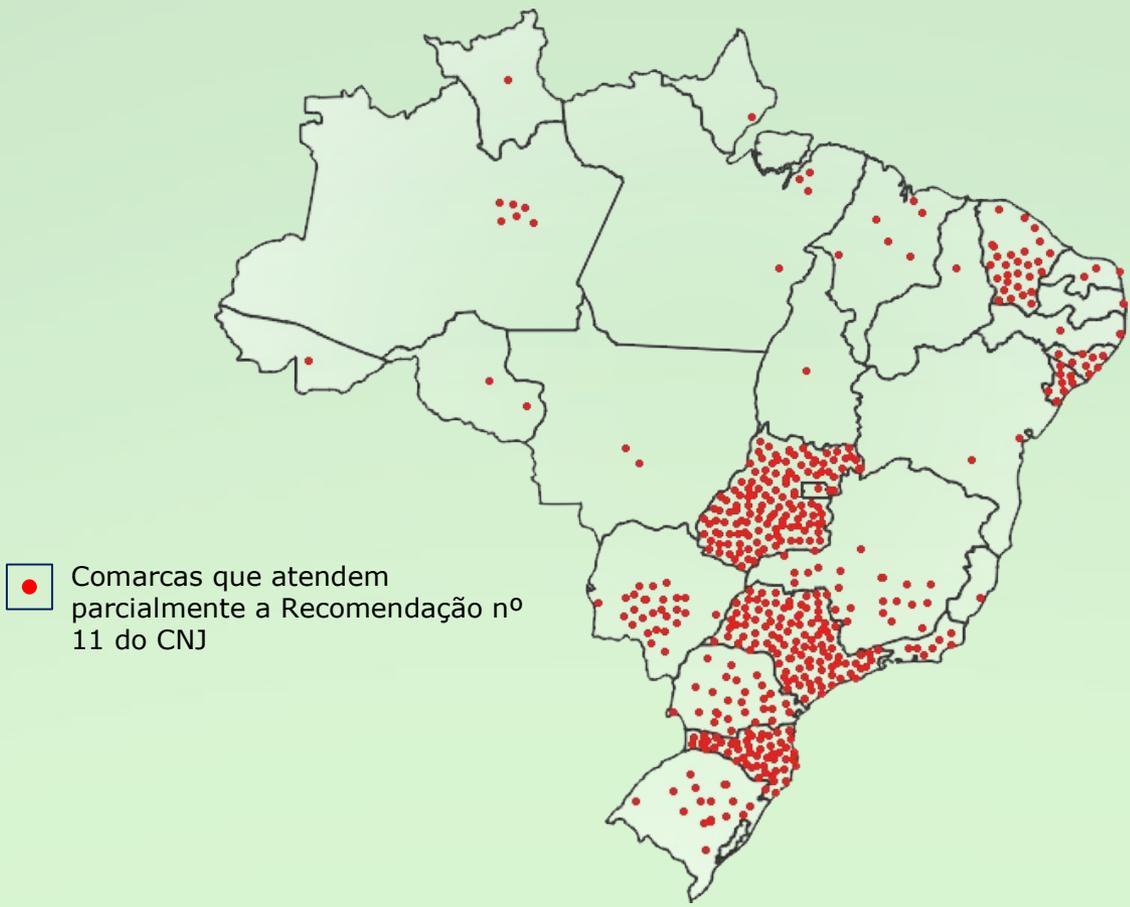
Resultados

- Atualmente o Poder Judiciário conta com pouco mais de 500 servidores em todas as Unidades da Federação trabalhando com a questão socioambiental
- O Fórum de Gestão Ambiental do CNJ - Lançamento em janeiro de 2009 possui 269 membros cadastrados e já é referência no âmbito do Judiciário.
- O CNJ assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente, com o intuito de estabelecer ações conjuntas entre os partícipes assegurando a realização de estudos, pesquisas, treinamentos e outras medidas de interesse mútuo para o desenvolvimento da Gestão Ambiental no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro.

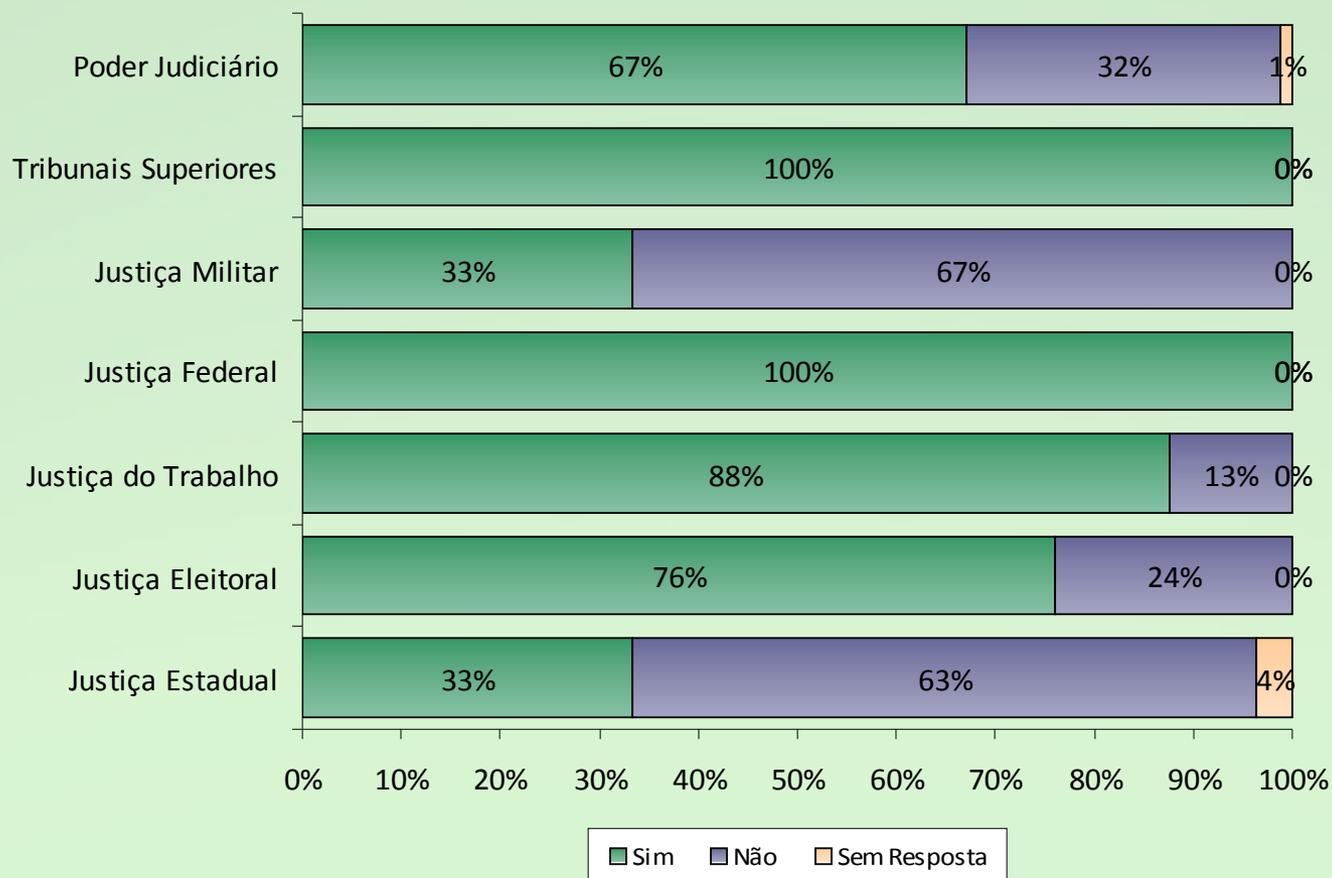
Comarcas Monitoradas pelo CNJ

- Região Norte - 16 Comarcas (15 localizadas no interior dos Estados)
- Região Nordeste - 56 Comarcas (45 localizadas no interior dos Estados)
- Região Centro Oeste - 130 Comarcas (127 localizadas no interior dos Estados)
- Região Sudeste - 131 Comarcas (127 localizadas no interior dos Estados)
- Região Sul - 109 Comarcas (106 localizados no interior dos Estados)
- Brasil: 442 comarcas monitoradas

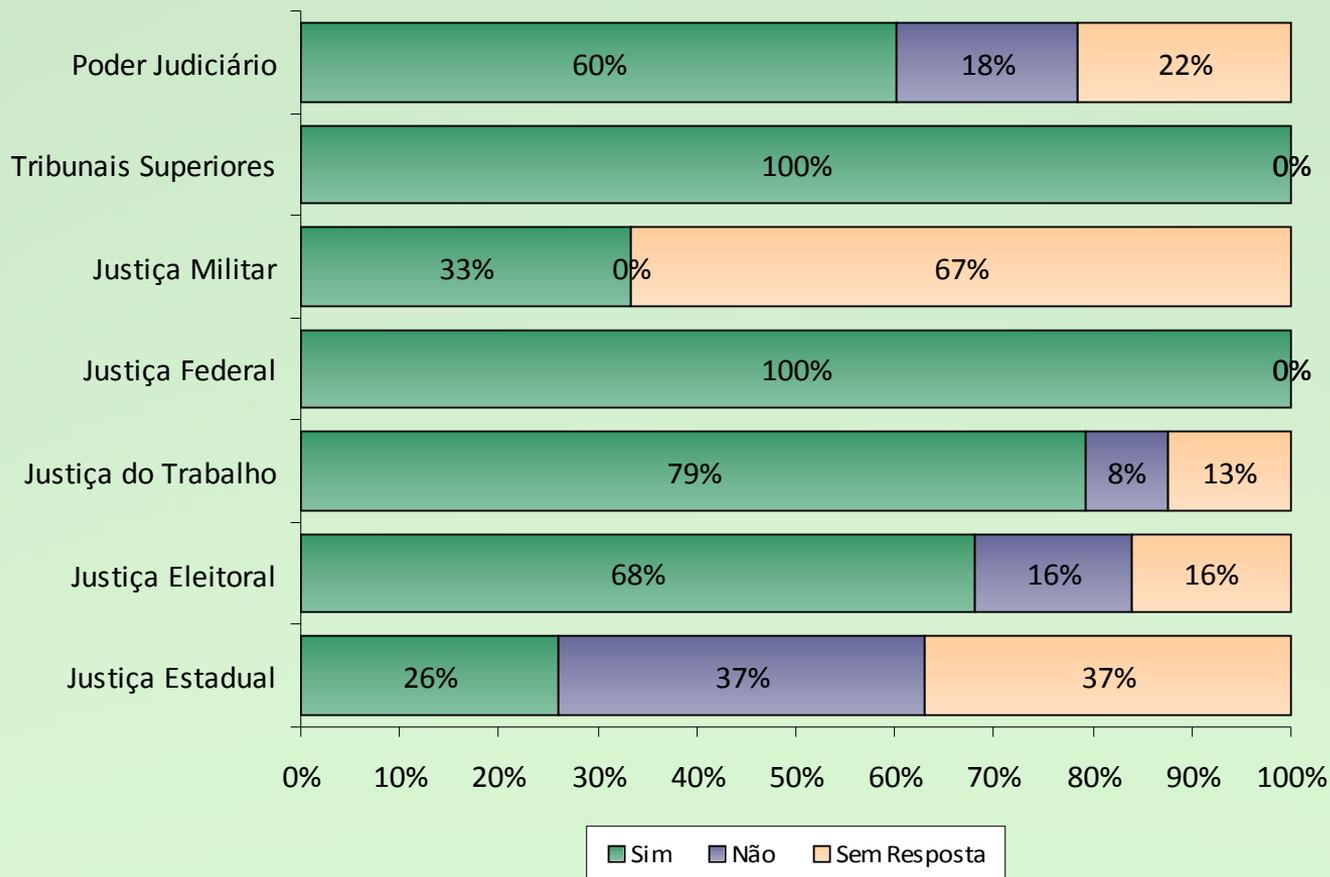
Comarcas que desenvolvem ações socioambientais



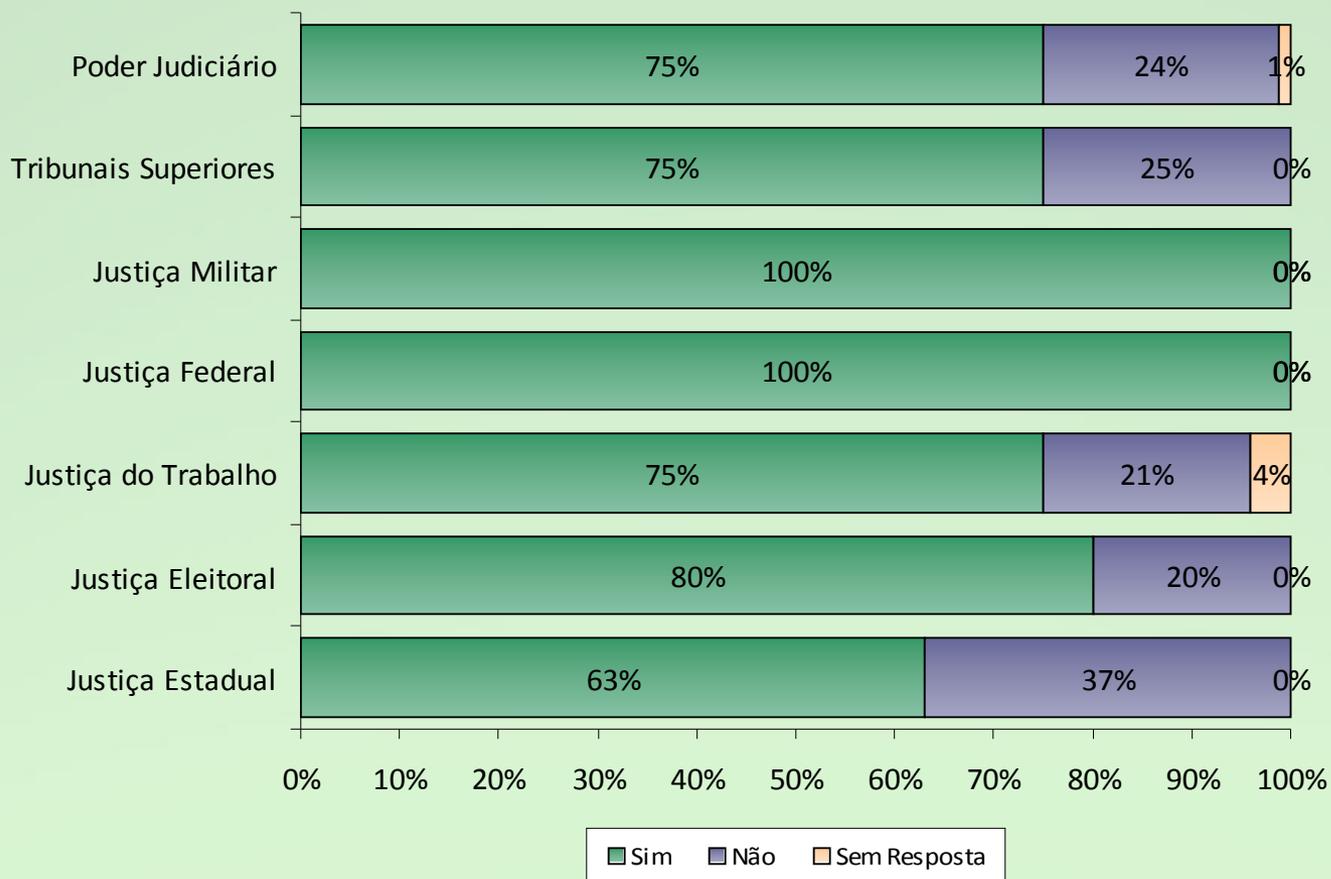
Tribunais que possuem Comissão Ambiental instituída, conforme sugerida pela Recomendação n. 11 do CNJ de 22 de maio de 2007.



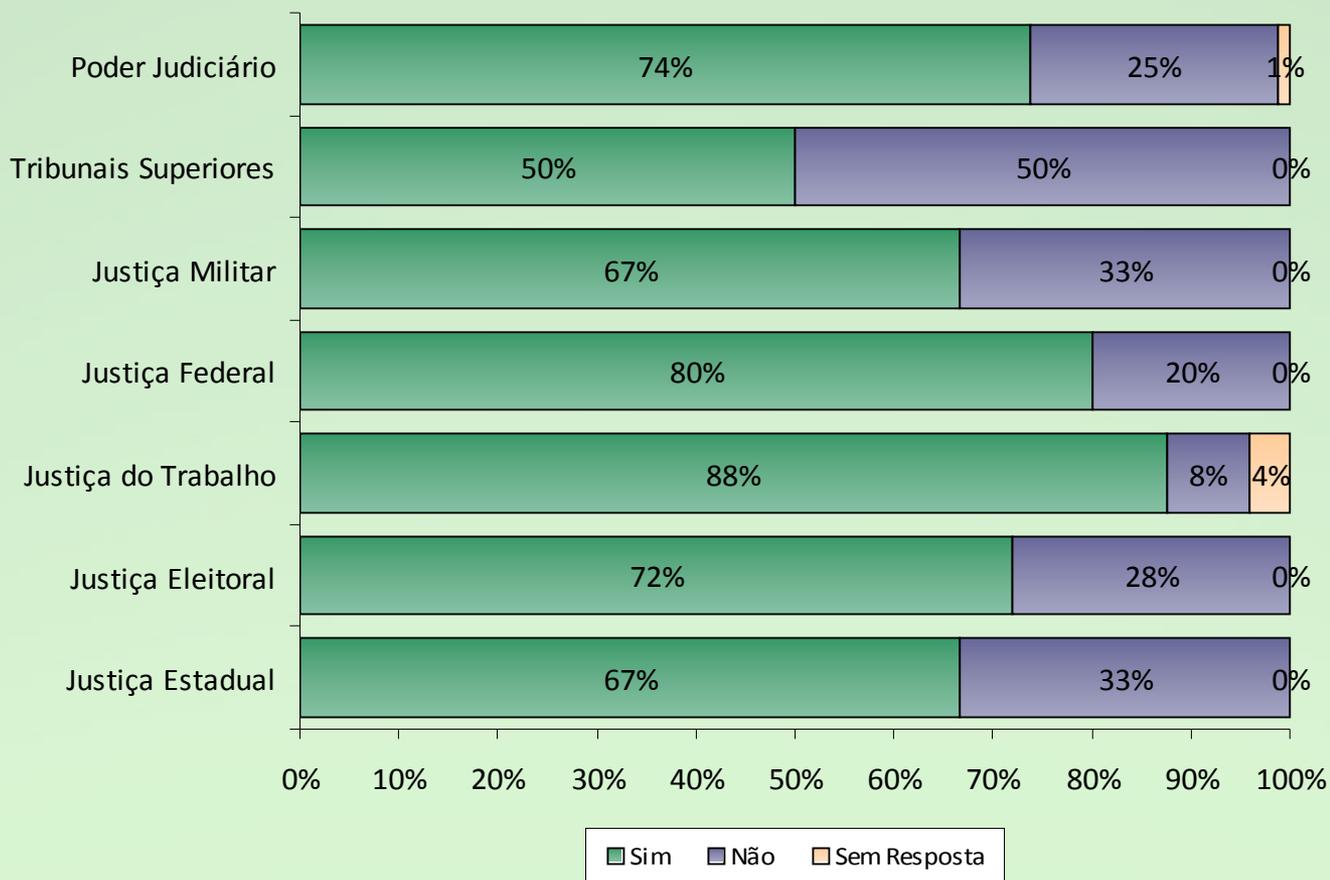
Tribunais que possuem comissões ambientais em caráter permanente



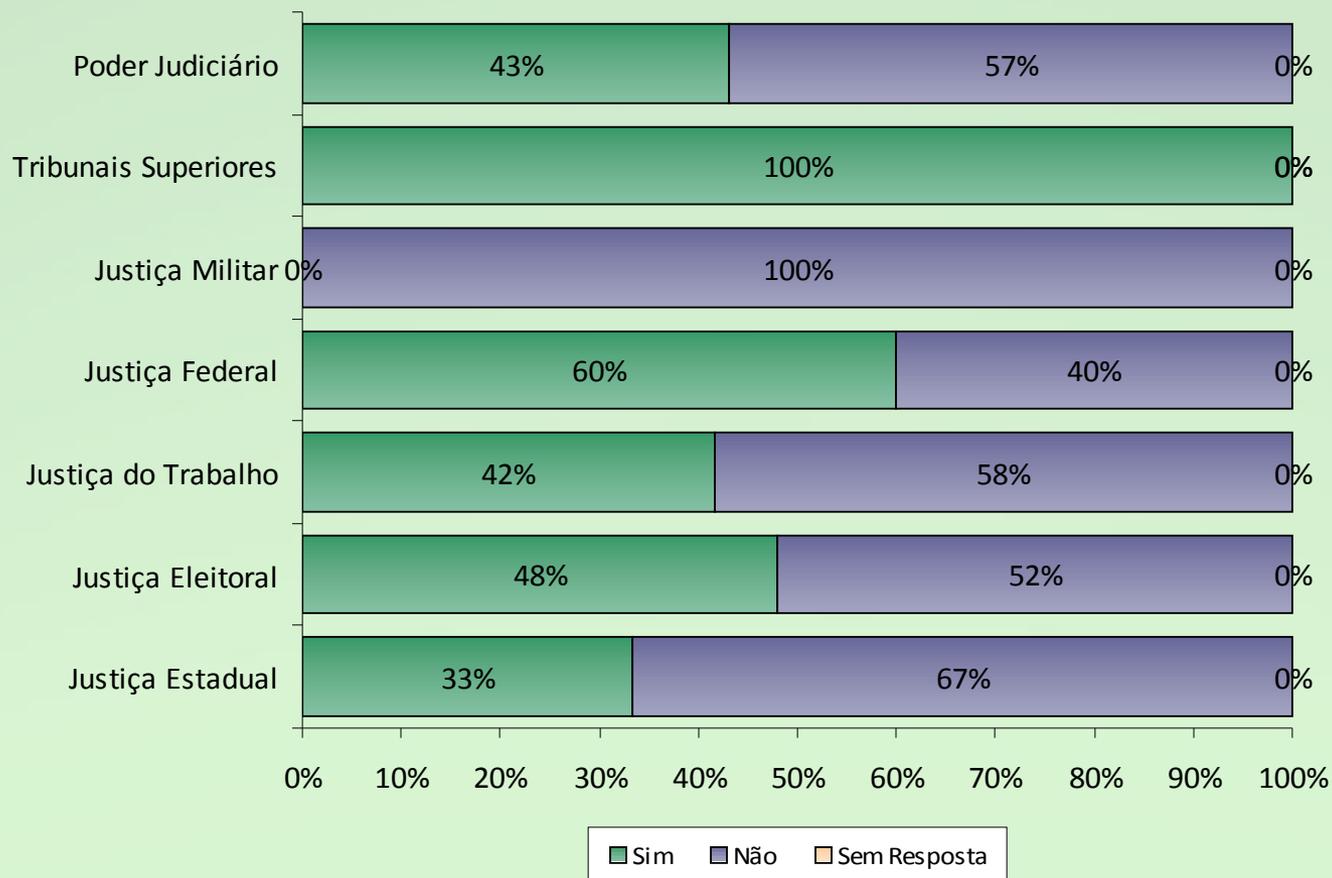
Reaproveitamento do papel nos tribunais



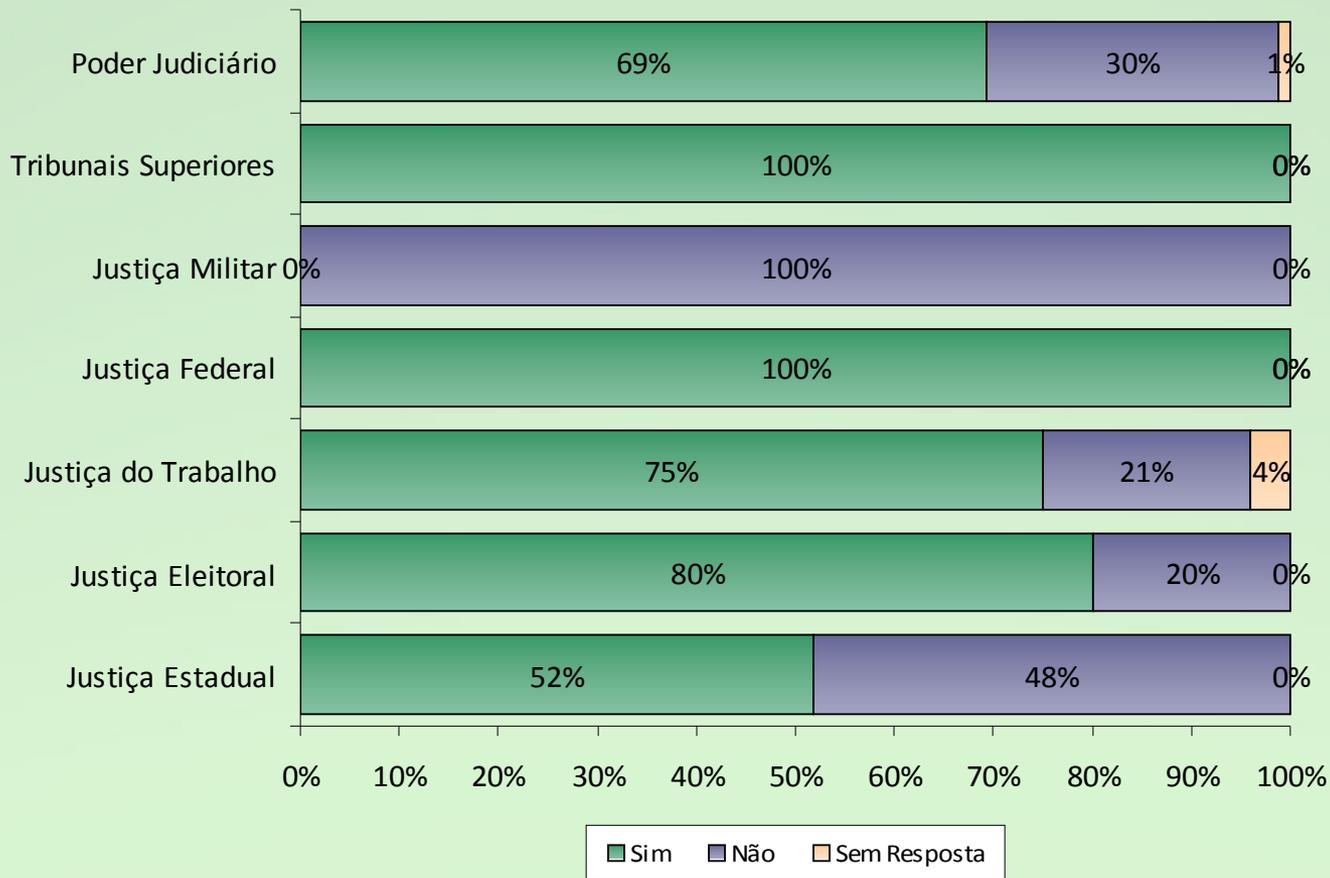
Tribunais que utilizam impressoras, que imprimam automaticamente em frente e verso



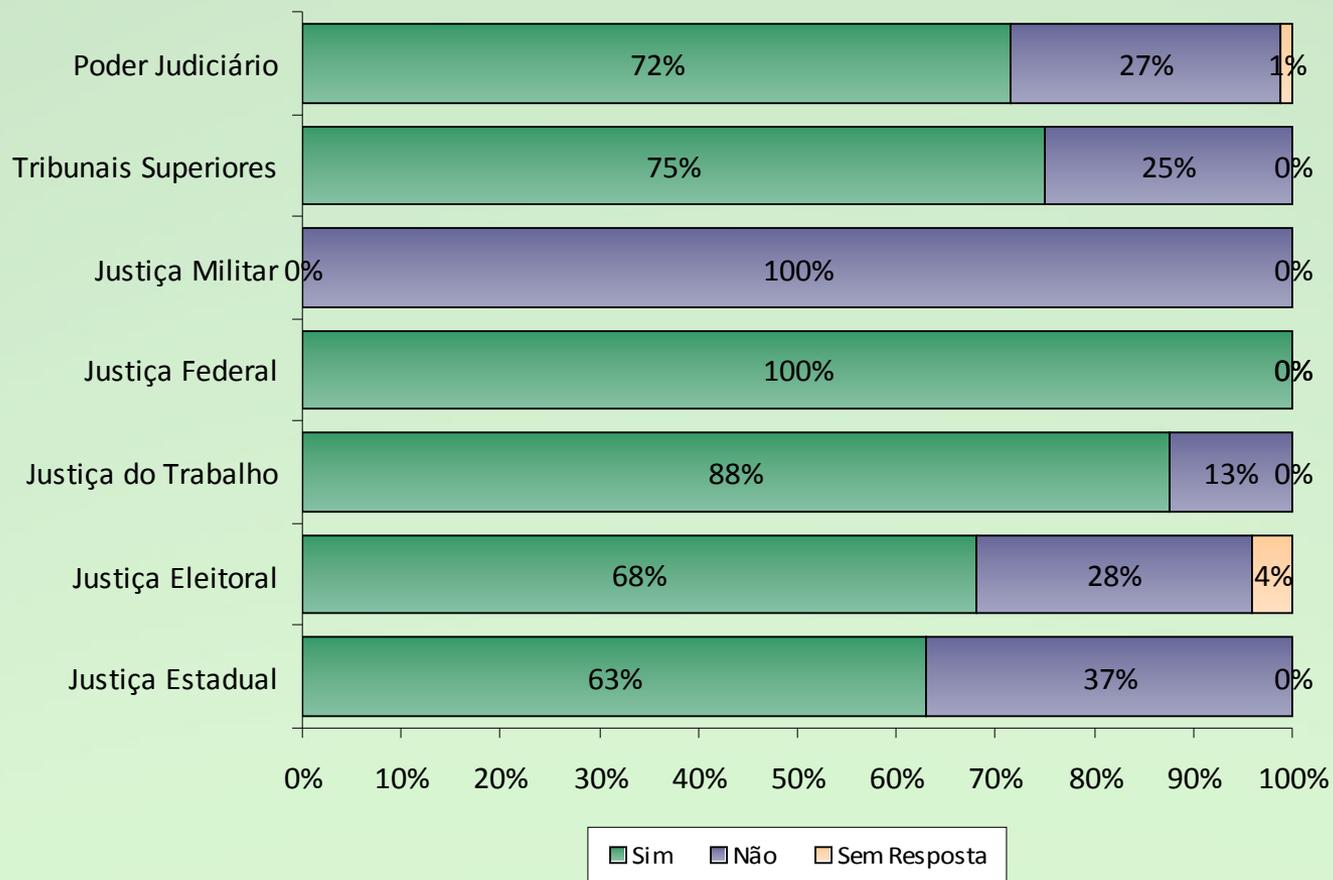
Tribunais que realizaram eventos socioambientais em 2007



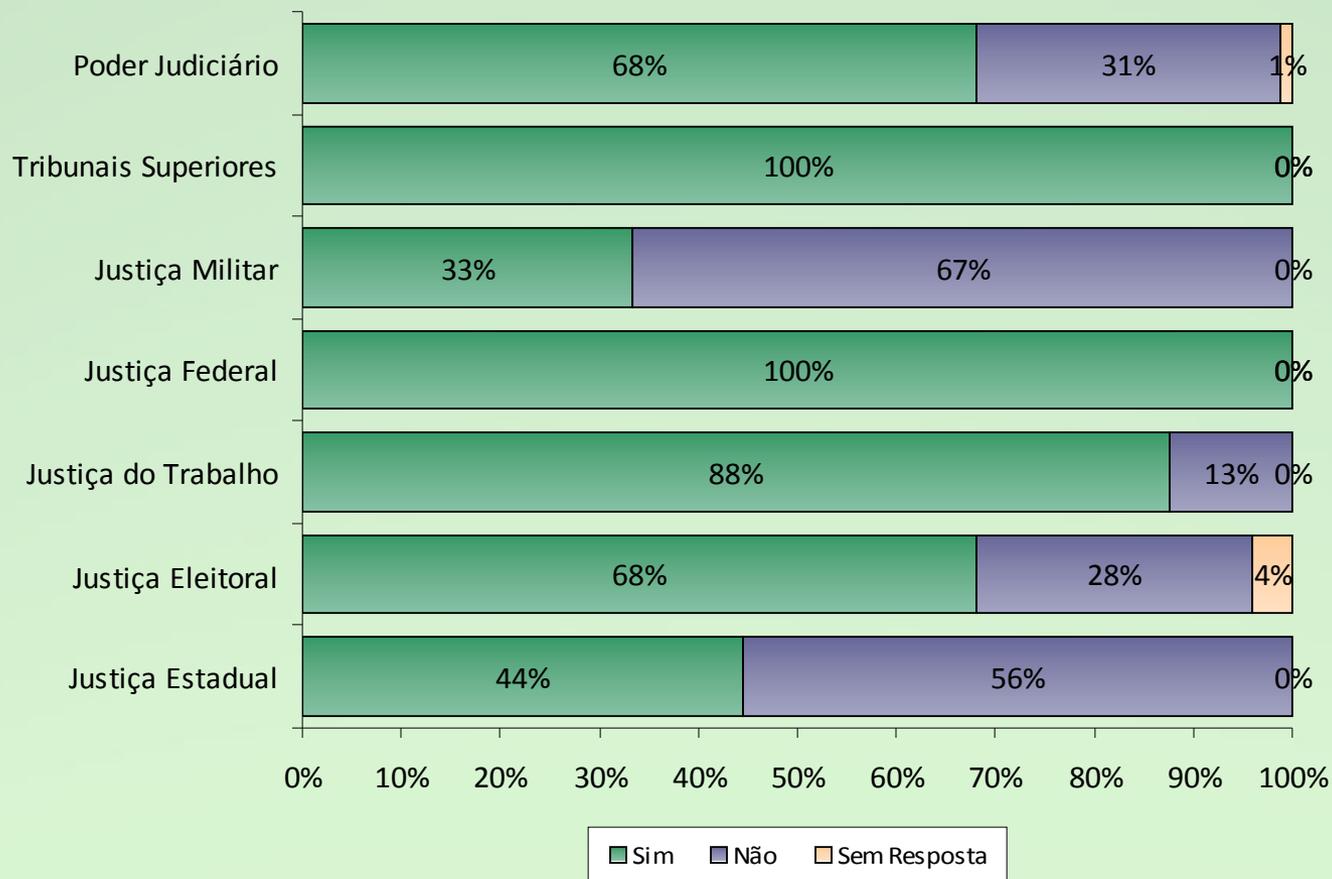
Tribunais que realizaram eventos socioambientais em 2008



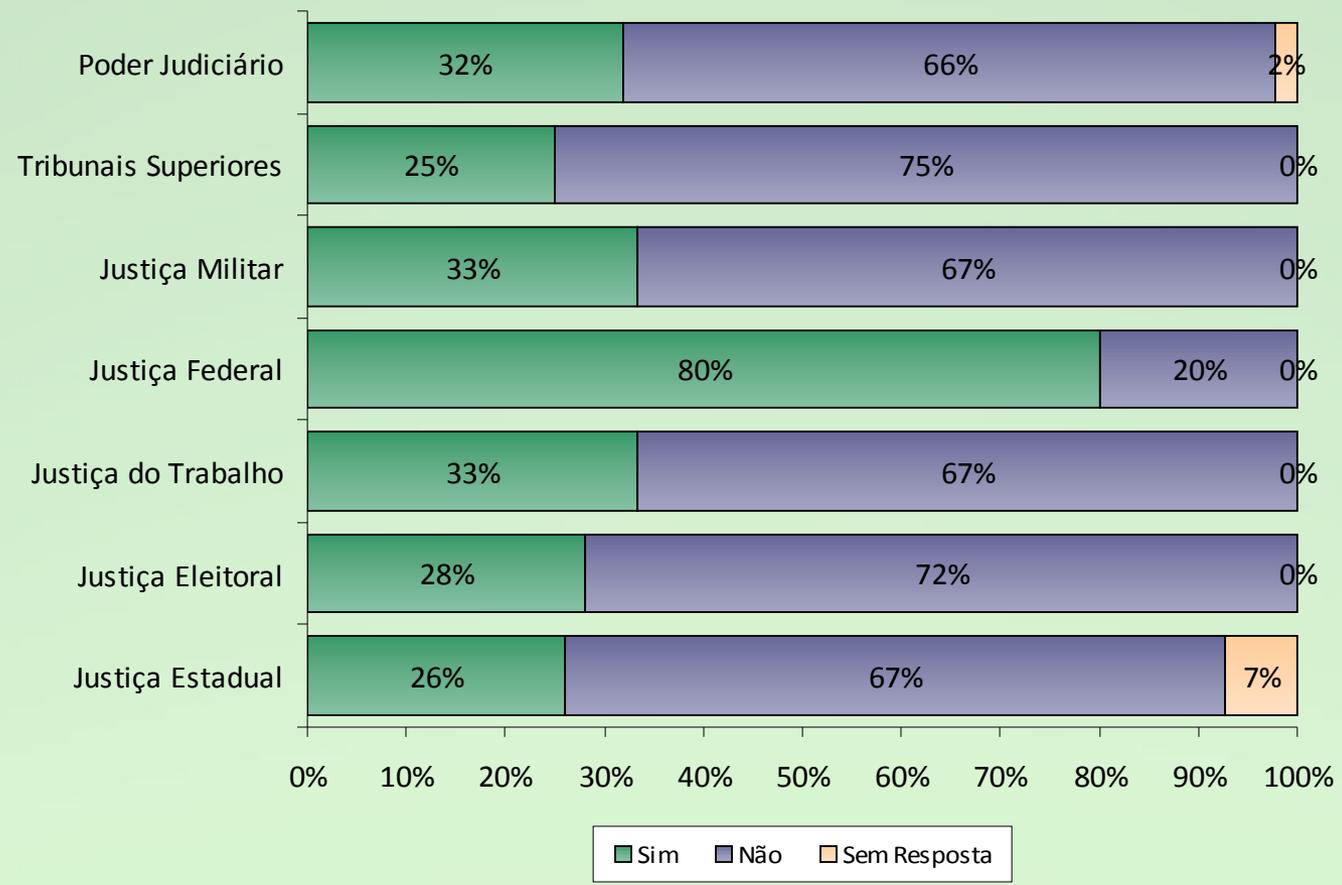
Tribunais que desenvolvem atividades de conscientização ambiental



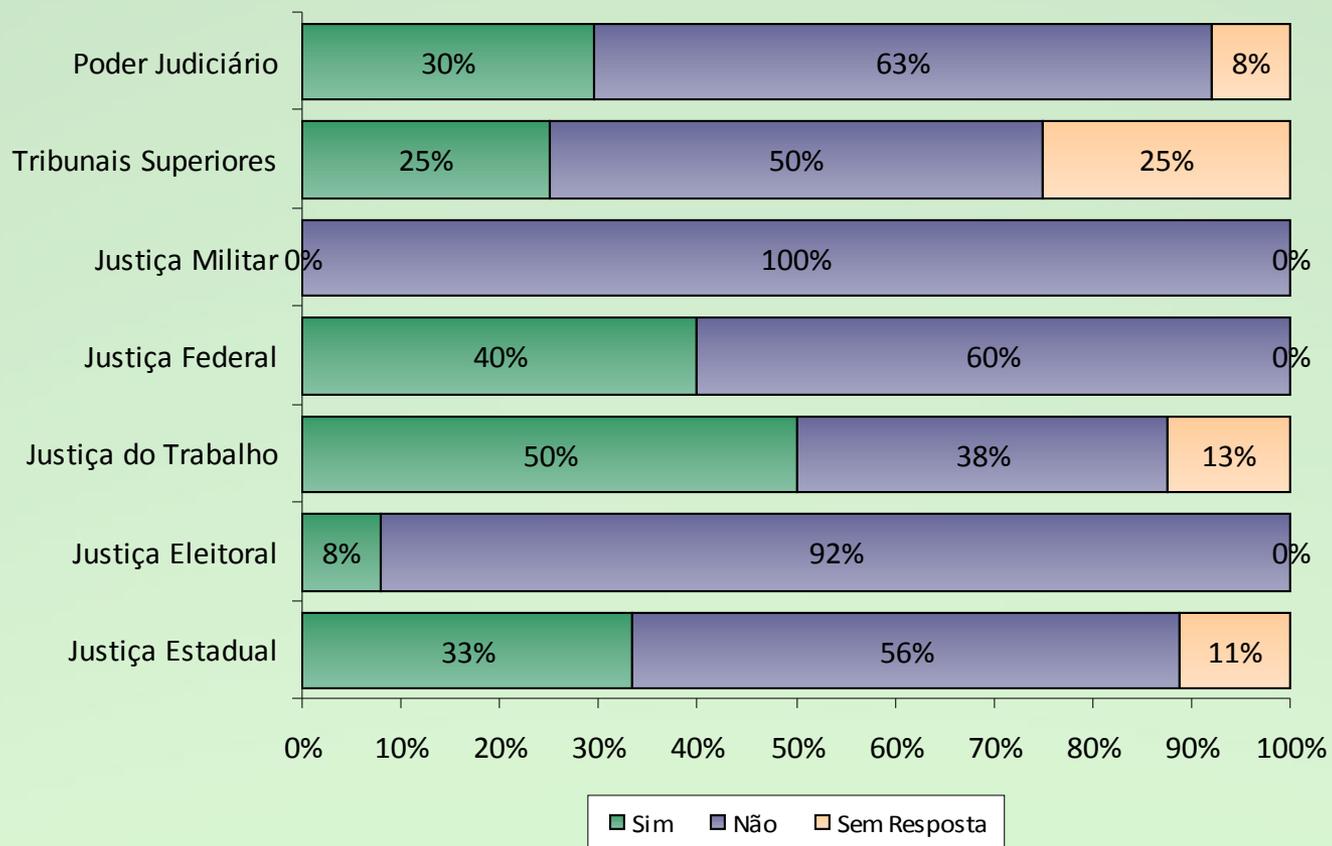
Tribunais com coleta seletiva implantada



Tribunais que desenvolvem ações para o público externo



Utilização de materiais com certificação ambiental



Servidores lotados nas Comissões Ambientais



Total de 505 servidores

EXEMPLOS DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Amapá: Projeto “CONSTRUINDO A CIDADANIA COM TIJOLOS ECOLÓGICOS” - Convênio n. 005/2006/SDE/FDD/Ministério da Justiça, cujo objeto é contribuir com a preservação do meio ambiente, através da capacitação de reeducando (regime fechado) do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá – IAPEN, na fabricação de tijolos ecológicos, que tem como principal matéria-prima, garrafas plásticas de refrigerante de 2 litros

Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

- 1) Redução do consumo de energia: No período de 2000-2002, na época do racionamento, o TJMG realizou um “Programa Interno de Racionalização do Uso da Energia Elétrica”, com base em diagnósticos técnicos e político administrativos, criando comissões para cada edifício do judiciário mineiro, com medidas inteligentes e de pouco custo, como desligamento de todas as centrais condicionadoras de ar no horário de ponta, desligamento automático de monitores de vídeo dos computadores quando não em uso, instalação de mais uma seção em interruptores de lâmpadas em locais próximos a janelas para aproveitamento da luz natural, substituição de 625 luminárias, 1.250 lâmpadas e 600 reatores em um dos prédios do TJ. Por esse Programa, que superou as metas de redução de energia, a CEMIG premiou o Tribunal com o material para a troca de toda a iluminação do 3º andar do Fórum Lafayette de Belo Horizonte;
- 2) Exigência, para as novas licitações, de equipamentos de impressão e cópias reprográficas automaticamente em frente e verso e utilização de papel reciclado.
- 3) Aproveitamento das águas do lençol freático do Fórum da comarca de Belo Horizonte para utilização em vasos sanitários, mictórios e áreas de jardim.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

- 1) Edificação do 1º Prédio Sustentável do Poder Público
- 2) Reforma dos banheiros de todos os fóruns do DF (redução do consumo de água e reaproveitamento de águas cinzas)
- 3) Reforma e reestruturação do posto de combustíveis do TJDF (sistema de detecção automática de vazamento e de captação de águas pluviais para aproveitamento na lavagem de veículos)
- 4) Substituição da frota do TJDF por veículos que permitam o consumo de combustível não fóssil

Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

- 1) Instalação de banco automático de capacitores, a fim de reduzir o fator de potência e eliminar a energia elétrica reativa, reduzindo os custos das faturas referentes ao consumo;
- 2) Desenvolvimento de estudo técnico que culminou na readequação do sistema de tarifação adotado em contrato com a Concessionária de energia elétrica, propiciando uma economia superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), num período de 12 (doze) meses.
- 3) Modernização do sistema de automação predial, permitindo o controle de cargas oriundas de equipamentos pesados (grandes consumidores), redefinindo os horários de operação, de forma a adequá-los ao período do dia em que a tarifa de energia elétrica é menos onerosa;
- 4) Em 2007 o volume de resíduos coletados seletivamente foi da ordem de aproximadamente 17,59 ton. Em 2008 o volume foi de aproximadamente 16 ton.
- 5) Aquisição de torneiras automáticas, instaladas em todos os banheiros do complexo predial, o que permitiu a redução do consumo de água em 6 (seis) meses, na ordem de 25%.

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

- 1) Inclusão das ações de responsabilidade socioambiental na ata de correição, desde abril de 2008 a Secretaria de Corregedoria Regional incluiu nas atas de correição, campo destinado à responsabilidade social.
- 2) Instalação de 335 impressoras frente em verso atendendo a Recomendação n. 11 do CNJ.
- 3) Campanha “Biblioteca nos Presídios” – arrecadação permanente de livros. Em 2008 foram enviados para o sistema prisional do estado 3365 livros
- 4) Coleta Seletiva em 2008: Consumo de Papel em 2008: 52.656 kg – Total reciclado 32.431 kg. Esse indicativo corresponde a 520 árvores poupadas

Tribunal Regional Eleitoral da 16 Região

- 1) Coleta seletiva de papel, plástico, metal, alumínio, materiais oriundos de reformas prediais, pilhas, baterias e celulares, resíduo de oficina mecânica (óleo queimado), borracha bem como coleta de óleo de fritura utilizado nos restaurantes. Recebimento de materiais coletados seletivamente pelos servidores em suas casas.
- 2) Restauração das redes de esgoto e de água no sub-solo, instalação de torneiras ecoeficientes e de bancos de capacitadores digitais para economia de energia elétrica.

Contato: cnjambiental@cnj.jus.br